

APRESENTAÇÃO

A Revista Veredas do Direito, periódico especializado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, área de concentração do Mestrado Acadêmico da Escola Superior Dom Helder Câmara, apresenta à comunidade mais um número.

Honrosamente, esta revista possui o estrato A1 da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação, melhor classificação oficial dos periódicos científicos no Brasil.

Nesta publicação, será possível ao leitor engrandecer seu conhecimento e maximizar a sua consciência no que concerne à premente necessidade de se promover o desenvolvimento econômico sem, jamais, se olvidar da preservação da natureza ante as lições de cientistas estrangeiros e brasileiros aqui expostas.

O primeiro artigo, intitulado *La funzione ecologica dela proprietá coletiva sulle terre ancestral: um nuovo modelo dirapportotradirittiumani e tutela dell'ambiente?* tem como autor o professor italiano Saverio Di Benedetto, da Università del Salento em Lecce. O texto sustenta a tese de que os tribunais de Direitos Humanos costumam proteger o Meio Ambiente apenas de forma indireta, quando deveriam fazê-lo diretamente, haja vista a imperiosa necessidade de se enaltecer que o homem depende, essencialmente, da qualidade ambiental para ter dignidade, mormente graças à sua característica gregária.

Da Universidad de Santiago de Compostela, Espanha, o Professor Rubén Miranda Gonçalves explica no seu texto que o patrimônio cultural subaquático é pouco estudado e merece maior atenção dos ambientalistas, uma vez que são raras as legislações internas dos diversos países que têm por objeto a sua tutela.

Da University of Science & Technology, Beijing, China, Emma Maxiao Yan, juntamente com Danielle Mendes Thame Denny da Yale University e Douglas Castro, da FGV, escreveram sobre a denominada Agenda 2030, procurando analisar o potencial que a atividade política e as ações privadas têm para tornar o nosso planeta mais sustentável.

Beatriz Souza Costa e José Adércio Leite Sampaio, a partir da tragédia de Mariana, maior desastre ambiental brasileiro, apontam, com maestria, a importância do acesso à informação nos acidentes ambientais,

considerando-se a era digital que vivemos.

Com o artigo intitulado Sustentabilidade Econômica e Organização Mundial do Comércio-OMC: A crise ética mundial nas relações entre Estados, o congolês Kiwonghi Bizawu, analisa a relação existente entre o princípio do desenvolvimento sustentável e a atuação da Organização Mundial do Comércio através do seu Órgão de Solução de Controvérsias.

Do estado do Ceará, Gina Vidal Marcílio Pompeu e Thiago Flores dos Santos, apresentam uma reflexão sobre a atuação do Estado na implementação de mecanismos voltados à proteção ambiental, principalmente ao se considerar o cenário de degradação do meio ambiente em áreas protegidas, como unidades de conservação, áreas de preservação permanente, dentre outras, devido às atividades antrópicas.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leonio José Alves da Silva, Maria do Socorro Bezerra de Araújo, todos da Universidade Federal de Pernambuco, lecionam sobre a Mata Atlântica, sustentando que as mudanças climáticas são principal desafio ambiental a ser enfrentado por grande parte dos países. Nesse sentido, as florestas tropicais possuem papel de destaque, pois além de proverem diversos serviços ecossistêmicos, contribuem para o armazenamento de CO₂, minimizando com isso os efeitos do lançamento na atmosfera.

Do Rio Grande do Sul, Thami Covatti Piaia Correio e Jacson Roberto Cervi propiciam ao leitor uma análise da polêmica Usina Hidrelétrica de Belo Monte, demonstrando as distopias e a (in) sustentabilidade socioambiental do planejamento energético brasileiro.

Com o artigo intitulado Toward dystopian futures? Legal history, postcoloniality and critique at the dawn of the Anthropocene, Clarissa Marques e Henrique Weil Correio, ambos de Pernambuco, escreveram com o objetivo de explorar certas controvérsias que dizem respeito às mudanças climáticas em um quadro de crítica influenciado por recentes debates metodológicos sobre a história do Direito Internacional.

Leonio José Alves da Silva, Soraya Giovanetti El-Deir e Rebecca Guerra da Silva analisam a aderência do planejamento estratégico/tático socioambiental do Comitê Ecos de Pernambuco aos Princípios de Sustentabilidade definidos por Rohde (1995), buscando compreender o grau de proximidade e distanciamento entre estes.

Com o artigo intitulado A justiça intergeracional ambiental na produção minerária brasileira, Marcus Mendonça Gonçalves de Jesus e

Patrícia Borba Vilar Guimarães, do Rio Grande do Norte, escreveram o texto objetivando expor como tem se operado a atividade minerária no Brasil no contexto da sustentabilidade ambiental e da justiça intergeracional, considerando-se os danos que essa atividade causa ao meio ambiente e a necessidade de se preservar recursos para o aproveitamento das futuras gerações.

Belinda Pereira da Cunha Correio e José Irialdo Alves de Oliveira Silva, ambos da Paraíba, apresentam um ensaio que visa discutir uma das mais graves crises vivenciadas no mundo hoje, a crise hídrica, e colocá-la no centro do Estado a partir da discussão sobre cidadania e democracia, considerando-se que o acesso à água é um direito humano, e sua ausência pode indicar fragilidade nas democracias contemporâneas e, por conseguinte, precariedade no exercício pleno da cidadania.

Com o artigo intitulado O desastre de Bhopal: riscos e vulnerabilidades na transferência de tecnologias e o direito de saber, Wilson Engelmann, Ellara Valentini Wittckind e Juliane Altmann Berwig, todos da UNISINOS/RS, lecionam que os desastres tecnológicos, desde sua origem na Revolução Industrial, fazem parte da realidade da sociedade, com frequentes prejuízos que partem da perda de vidas ao comprometimento de serviços ecossistêmicos. Estes eventos trazem a lição de que o desenvolvimento das tecnologias deve vir acompanhado pelo diagnóstico de seus riscos, mediante o contrapeso entre o conhecimento e a segurança, entre a probabilidade e potencialidade de seus danos.

Marcia Rodrigues Bertoldi, do Rio Grande do Sul, apresenta seu trabalho descrevendo os resultados do Projeto de Pesquisa MCTI/CNPQ/ Universal 14/2014 - Quilombolas do Sul do Rio Grande do Sul: seus saberes e efetivação da continuidade cultural como suporte ao desenvolvimento sustentável.

Assim, a Escola Superior Dom Helder Câmara, com muita honra, por intermédio do Curso de Mestrado Acadêmico em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, presenteia a comunidade científica com mais este número da Revista Veredas do Direito, sempre renovando a esperança de vivermos em um planeta ecologicamente saudável.

Elcio Nacur Rezende

Editor da Revista Veredas do Direito
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da
Escola Superior Dom Helder Câmara